

**Processo:** TCDF nº 2608/1997.

**Interessado:** CAIXA

**Ementa:** Formalização de convênio. Consignação em folha de pagamento. Nova versão apresentada pela Caixa Econômica Federal. Não acolhimento.

### **P A R E C E R Nº 73/2017-CJP**

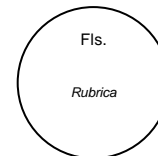
É honrada esta Consultoria, com o envio dos presentes autos, por intermédio do Digno Despacho Presidencial, fl. 410, com vistas à manifestação quanto à juridicidade da matéria em apreço.

Tratam os autos das medidas administrativas voltadas à formalização de convênio com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, para fins de consignação de descontos em folha de pagamento dos membros e servidores – ativos e inativos – e pensionistas deste Tribunal de Contas.

Por força do Despacho Presidencial de fl. 396, a minuta de convênio ofertada pela referida instituição financeira, conforme o Ofício nº 034/2016/PAB TERRACAP, fls. 381/383, não foi acolhida.

Devidamente comunicada da decisão que vem de ser mencionada, fl. 397, a CAIXA, mediante o Ofício nº 046/2016/PAB TERRACAP, fl. 398, encaminhou nova proposta do ajuste, sendo esta a terceira versão (fls. 399/401).

Ao examinar esta nova versão, as unidades instrutivas desta Secretaria-Geral, fls. 402/409, sugeriram o indeferimento da citada minuta, por entenderem que algumas cláusulas ali dispostas não se alinham aos



preceitos e orientações contidos na Resolução nº 199/2009, alterada pelas Resoluções nº 210/2010 e nº 247/2012, entendimento este seguido também pela SEGEDAM.

Eis o relatório.

Cabe ressaltar, inicialmente, que outras duas minutas enviadas pela CEF (fls. 361/366 e 381/383), contendo alterações em relação à versão originalmente encaminhada por este Tribunal àquela instituição bancária (fls. 352/355), **foram rejeitadas pela Corte** por meio dos Pareceres nº 133/2016-CJ e Complementação (fls. 375/377) e nº 202/2016-CJP e Complementação (fls. 393/395), ambos acatados pela ilustre Presidência desta Casa por meio dos Despachos de fls. 378 e 396, respectivamente.

Tendo em vista que a versão apresentada pela CEF tem redação similar às outras duas propostas rejeitadas anteriormente, o Serviço de Legislação de Pessoal – SELEG sugeriu, às fls. 402/403, o não acolhimento, em face da sua inadequação à legislação que rege a matéria no âmbito deste Tribunal (Resolução nº 199/09).

Conforme mencionado pelas unidades desta Corte, a CEF insiste, pela terceira vez, em propor alterações redacionais na minuta padrão adotada pelo TCDF, a respeito de questões que já foram anteriormente analisadas e rejeitadas, por não se mostrarem devidamente alinhadas aos preceitos e orientações contidas na citada Resolução nº 199/09.

Isto posto, esta Consultoria Jurídica alinha-se ao entendimento



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Fls.

Rubrica

exposto pelo SELEG, SEGEP e SEGEDAM, no sentido de não acolher quaisquer dos acréscimos constantes da minuta de convênio encaminhada por aquela instituição bancária, em face da inadequação à legislação que rege a matéria neste Tribunal, lembrando que o convênio em questão somente será firmado nos moldes da minuta elaborada pela Divisão de Planejamento – DIPLAN, às fls. 352/355.

É o parecer, *sub censura*.

Brasília, 12 de abril de 2017.

Bruno Franco Lacerda Martins  
Assessor Jurídico

Ciente.  
De acordo.

Ao Gabinete da Presidência, com as vênias de estilo.

**TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES**  
Consultor Jurídico